

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V - Nº 791 - BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 8 DE JANEIRO DE 1999



O relator, senador Francelino Pereira, proferiu seu parecer em plenário

Processo administrativo terá regras uniformes

Projeto de lei que estabelece os critérios norteadores de processos no âmbito da administração pública federal foi aprovado ontem pelo plenário do Senado e deve ser enviado, agora, à sanção do presidente da República.

PÁGINA 3

Cinco itens da convocação já foram votados

PÁGINA 8

ACM, ladeado pelos senadores José Roberto Arruda, Casildo Maldaner e José Fogaça, presidiu a sessão de ontem



Plenário aprova projeto que agiliza parcelamento do solo

Proposta a ser encaminhada à sanção presidencial cria um título provisório, registrável em cartório, que permite ao adquirente de lotes em área litigiosa obter financiamento bancário

Em votação simbólica, o Senado aprovou ontem projeto de lei que cria condições para parcelamento do solo urbano, com vistas à

implantação de conjuntos habitacionais para pessoas de baixa renda, mesmo que os processos de desapropriação ainda estejam no âmbito da

Justiça. Segundo o relator do projeto, senador Josaphat Marinho, a medida tem grande alcance social porque agilizará a construção de moradias para

carentes. Durante a discussão do projeto, o senador Francelino Pereira lembrou as dificuldades em regularizar loteamentos populares.

PÁGINA 3

DÍVIDAS ESTADUAIS PROVOCAM DEBATE NO SENADO

A decisão do governo de Minas Gerais de declarar moratória da dívida estadual por 90 dias provocou discussão ontem no plenário do Senado. O senador Eduardo Suplicy sugeriu que a Comissão de Assuntos Econômicos promova audiências públicas com os governadores. Na terça-feira, a CAE analisa essa proposta. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, considerou um "fato consumado" as renegociações das dívidas dos estados.



ACM

Renegociação das dívidas é um fato consumado

SUP LIC Y

Pacto federativo está em questão



GERALDO MELO

Na crise, é preciso moderação e equilíbrio

ABDIAS

Pagamentos à União devem ser suspensos



ODACIR

Há margem para nova negociação nos acordos

REQUIAO

Senado age para esvaziar o clima de tensão



Congresso vota quatro MPs na quarta

Primeira reunião durante o período de convocação extraordinária vai analisar quatro medidas provisórias, entre elas a que cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária

O Congresso Nacional reúne-se na próxima quarta-feira, às 14h30, pela primeira vez durante o período de convocação extraordinária, para analisar quatro medidas provisórias, entre elas a que cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

De acordo com a MP, a agência terá a finalidade de promover a saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e comercialização de produtos submetidos à vigilância sanitária, além de fiscalizar portos, aeroportos e fronteiras.

Outra medida provisória na pauta do Congresso altera a legislação do Imposto de Renda no que se refere ao Sistema Integrado de Pa-

gamento de Impostos das Microempresas (Simples). Pelo texto da MP, as empresas com faturamento anual de até R\$ 1,2 milhão poderão optar pelo Simples.

Uma terceira MP, que os parlamentares apreciam na sessão do Congresso, institui a cobrança de taxa nos processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). De acordo com a medida, a taxa vai variar de R\$ 5 mil a R\$ 15 mil, estando isentos a União, estados, Distrito Federal e os municípios, além daqueles que comprovarem insuficiência de recursos.

Por último, o Congresso analisa MP que trata da vigência da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Vários acordos na pauta

Acordo de integração entre os países do Mercosul na área de pós-graduação será votado na terça-feira pelo plenário do Senado.

O objetivo desse ato internacional, firmado entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, é criar um sistema de intercâmbio entre suas instituições de pós-graduação para a formação de recursos humanos, a partir da troca de informações científicas e tecnológicas, de documentação e publicações especializadas e do estabelecimento de critérios e padrões comuns de avaliação dos cursos de mestrado e doutorado nos quatro países.

Na quarta, estará em pauta acordo de integração cultural, também firmado no âmbito do Mercosul, para a cooperação entre as instituições culturais dos países-membros do bloco do Cone Sul visando à difusão de suas expressões culturais e artísticas e o projeto que extingue progressivamente os manicômios e define novas diretrizes para o tratamento de doenças mentais, criando opções de tratamento ambulatorial.

Para isso, o documento sugere que os governos facilitem a criação de es-

paços culturais e a realização de eventos, prioritariamente em co-produção, que expressem as tradições históricas, os valores comuns e as diversidades dos países membros do Mercosul.

Ainda com relação à preservação do patrimônio histórico e cultural, o plenário analisa, na quinta, Convenção do Instituto Internacional para Unificação do Direito Privado.

O documento trata da restituição aos países de origem dos bens culturais furtados ou ilícitamente exportados. O acordo internacional protege, entre outros bens, coleções e espécimes raros de zoologia, botânica, mineralogia e paleontologia, além de objetos históricos e produto de escavações arqueológicas.

A sessão da sexta-feira (dia 15) será marcada pelo início do segundo turno de debates da proposta de emenda constitucional (PEC), de autoria do senador licenciado Elcio Alvares (PFL-ES), que prorroga a vigência da CPMF por 36 meses e aumenta a alíquota dos atuais 0,20% para 0,38% nos primeiros 12 meses de sua nova vigência. Nos 24 meses seguintes a alíquota cairá para 0,30%.



Uma das medidas provisórias define um teto de faturamento anual de R\$ 1,2 milhão para que as empresas possam optar pelo Simples

CRE examina nomes de dois embaixadores na terça-feira

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional se reúne na próxima terça-feira (dia 12) para apreciar a indicação de dois diplomatas para representar o Brasil no exterior. Trata-se de Vera Pedrosa Martins de Almeida, indicada para

exercer o cargo de embaixadora do Brasil junto à República do Equador, e Afonso Emilio de Alencastro Massot, indicado para ser embaixador brasileiro junto à Holanda. As duas mensagens serão apreciadas em reunião secreta.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 7 DE JANEIRO DE 1999

1

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 1998 (nº 2.464/96, na Casa de origem. Presidente da República). Regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal. Proferido o Parecer nº 22/98-Plen, pela CCJ, Relator: senador Francelino Pereira, favorável.

Resultado: Aprovado o projeto. À sanção.

2

Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1998 (nº 3.818/93, na Casa de origem). Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública), e as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registro público), e 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano). Parecer favorável nº 703/98-CCJ, Relator: senador Josaphat Marinho.

Resultado: Aprovado. À sanção.

3

Requerimento nº 2, de 1999 (Edison Lobão e outros). Solicita, nos termos do art. 336, "c", do Regimento Interno, urgência para o Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 1991 (nº 3.657/89, na Casa de origem), que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória.

Resultado: Aprovado. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de 12.1.99, terça-feira, para proferimento de parecer.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 8 DE JANEIRO DE 1999

PLENÁRIO

Sexta-feira (8.01.99)
9h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

Segunda-feira (11.01.99)
14h30 - Sessão não deliberativa

Terça-feira (12.01.99)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Para proferimento de parecer sobre as emendas oferecidas em turno suplementar ao substitutivo ao *PLC nº 8/91, que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória; *PDL nº 13/98, que aprova o texto do protocolo de Integração Educacional para a Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-Graduação entre os Países-Membros do Mercosul, concluído em Fortaleza, em 1996.

Quarta-feira (13.01.99)

10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Votação, em turno suplementar, do substitutivo ao *PLC nº 8/91, que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória; e *PDL nº 14/98, que aprova o texto do protocolo de Integração Cultural do Mercosul, concluído em Fortaleza, em 1996.

CONGRESSO NACIONAL

Quarta-feira (13.01.99)

14h30 - Sessão conjunta do Congresso Nacional
Pauta: *MP nº 1.788, que altera a legislação do Imposto sobre o Renda, relativamente à tributação dos fundos de investimento imobiliário e dos rendimentos auferidos em aplicação ou operação financeira de renda fixa ou variável, ao Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples), à incidência sobre rendimentos de beneficiários no exterior, bem assim a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), relativamente ao aproveitamento de créditos e à equiparação de atacadista a estabelecimento industrial, do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou Relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF), relativamente às operações de mútuo, e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, relativamente às despesas financeiras; *MP nº 1.790, que altera a Lei nº 9.365/96; *MP nº 1.791, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária; e *MP nº 1.793, que institui a Taxa Processual sobre os processos de competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). *Plenário da Câmara dos Deputados*

Quinta-feira (14.01.99)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Primeiro dia de discussão, em segundo turno, da *PEC nº 34/98, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Sexta-feira (15.01.99)

9h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Segundo dia de discussão, em segundo turno, da *PEC nº 34/98, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Processo administrativo no serviço público passa a ter regras mais claras

O plenário do Senado Federal aprovou ontem, em votação simbólica, o projeto de lei da Câmara que regulamenta o processo administrativo na administração pública federal. O projeto, de autoria do Poder Executivo, foi aprovado com as modificações introduzidas pela Câmara dos Deputados, e vai à sanção presidencial.



Francelino: princípio da moralidade

O relator do projeto, senador Francelino Pereira (PFL-MG), proferiu em plenário seu voto favorável. Ele destacou que o projeto atende a uma aspiração

da sociedade com relação ao acesso às decisões administrativas e estabelece a moralidade como princípio norteador da administração:

– A administração pública obedecerá, dentre outros princípios constantes do projeto, aos princípios da legalidade, da finalidade, da motivação, da razoabilidade, da proporcionalidade, da moralidade, da ampla

Camata elogia esforço da comissão

O senador Gerson Camata (PMDB-ES), após a votação, ressaltou os direitos do cidadão estabelecidos no projeto, como o de ser tratado com respeito, ter ciência da tramitação dos processos, formular alegações e apresentar documentos antes da decisão e poder ser assistido por advogados.

Camata também elogiou a comissão de juristas incumbida da redação do anteprojeto, citando-os nominalmente: Caio Tácito (coordenador), Odete Medauar, Maria Silvia Zanella di Pietro, Inocêncio Mártires Coelho, Diogo de Figueiredo Moreira Neto, Almir do Couto e Silva, José Carlos Barbosa Moreira, Adilson de Abreu Dallari, José Joaquim Calmon

defesa, do contraditório, da segurança jurídica, do interesse público e da eficiência. Ao mesmo tempo, o projeto estabelece os critérios que devem presidir os processos administrativos, como a atuação conforme a lei e o direito, o atendimento para fins de interesse geral – afirmou Francelino Pereira.

O relator lamentou não ser mais possível emendar o projeto porque, em sua opinião, faltou acrescentar o princípio da impessoalidade, “que infelizmente não é observada por certas lideranças e por certas entidades do poder público desta nação”. No entanto, salientou que o projeto deveria ser aprovado integralmente e com o aplauso dos senadores.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também recomendou a aprovação do projeto, “fruto do trabalho de uma comissão do mais alto nível”. Para o parlamentar, “o projeto orienta-se pelos princípios já consagrados constitucionalmente, aos quais acrescenta outros, como os da “proporcionalidade, da razoabilidade, da simplificação e do duplo grau de decisão”.

de Passos, Paulo Eduardo Garrido Modesto e Carmem Lúcia Antunes da Rocha.

Artur da Távola (PSDB-RJ) ressaltou o “alto valor democrático” do projeto. Segundo o senador, o projeto não teve a devida repercussão na sociedade brasileira, que, na sua opinião, está acostumada a discutir somente economia, administração e luta pelo poder.

O projeto aprovado estabelece, além dos critérios a serem observados no processo administrativo e dos direitos do cidadão, também seus deveres, como a exposição verdadeira dos fatos e a prestação de informações que lhe forem solicitadas.



Plenário aprovou, em votação simbólica, os projetos oriundos da Câmara dos Deputados, que agora vão à sanção presidencial

Senado aprova projeto que facilita parcelamento do solo

Proposta cria um título provisório que permite ao proprietário ter acesso a financiamento bancário e construir seu imóvel

Em votação simbólica, o Senado aprovou ontem projeto de lei que cria condições para parcelamento do solo urbano, com vistas à implantação de conjuntos habitacionais para pessoas de baixa renda, mesmo que os processos de desapropriação ainda estejam no âmbito da Justiça. Para o relator, senador Josaphat Marinho (PFL-BA), a medida tem grande alcance social porque agilizará a construção de moradias para carentes.

Em entrevista após a aprovação do projeto, Josaphat afirmou que o grande empecilho para o parcelamento do solo até hoje tem sido a inoperância do poder público, que desapropria os terrenos e não paga as devidas indenizações aos proprietários. “O Estado é um grande caloteiro, não paga o que deve. Às vezes, termina castigado porque a Justiça cobra juros e correção monetária e ele acaba pagando indenizações milionárias, com 10 ou 15 anos de atraso.”

Para Josaphat, essa demora vai acabar. “O projeto permite a implantação de projetos habitacionais a partir da imissão de posse sobre as áreas expropriadas, podendo o poder

público proceder à imediata cessão de lotes à população, assegurando-lhe acesso seguro à habitação. A proposta também cria um título provisório, registrável em cartório, o que permite ao proprietário do lote ter acesso a financiamento bancário para construir seu imóvel”.

Durante a discussão do projeto, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) lembrou suas dificuldades em regularizar loteamentos populares, quando foi governador de Minas. “Mesmo assim, pude construir muitas habitações para pessoas de baixa renda, infelizmente não tantas quanto seriam necessárias para atender a todos. O presidente confessa que o governo federal ainda não tem uma política habitacional que assegure casa digna aos carentes. A aprovação desse projeto pode significar um

importante primeiro passo.”

Segundo o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a proposta abre caminho para que estados e municípios estabeleçam normas locais específicas em relação à área mínima de cada lote ou porcentagem do projeto a ser reservado a sistemas de circulação e de serviços coletivos. “As exigências gerais da legislação anterior muitas vezes inviabilizavam a regularização de áreas já ocupadas irregularmente

por habitações”, observou.

Para o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a essência do projeto é a garantia que dá aos financiamentos de casa própria, tanto para os proprietários de lotes ainda não regularizados quanto para os agentes financiadores. Por já ter sido aprovado na Câmara, o projeto vai à sanção presidencial.



Josaphat: “O Estado é um grande caloteiro e termina castigado pela Justiça”

Voto de pesar pela morte de ex-senador

Os senadores aprovaram ontem voto de pesar pela morte do deputado federal e ex-senador Carlos Alberto, do Rio Grande do Norte, vítima do câncer no final de 1998, acatando requerimento apresentado ao plenário pelo senador Geraldo Melo (PSDB-RN). Melo lembrou as qualidades de seu conterrâneo, correligionário e colega de Con-

gresso. Melo contou que Carlos Alberto, candidato ao Senado nas eleições passadas, enfrentou a campanha com a saúde debilitada, em cadeira de rodas:

– Ele finalizava seus discursos dizendo: “O Senhor é meu pastor; nada me faltará”. Desejo que, agora, o pastor não deixe que nada lhe falte – disse Geraldo Melo.

O senador Júlio Campos (PFL-MT)

fez um histórico da vida de Carlos Alberto, destacando que ele começou como radialista:

– Tive a honra de ter sido seu colega no Congresso Nacional. Mesmo doente, exerceu com brilhantismo seu último mandato na Câmara dos Deputados. Manifesto, em nome de meu partido e do povo de meu estado, os nossos sentimentos pela sua morte.

Depois de aprovado o requerimen-

Carlos Alberto, à época em que exerceu seu mandato de senador (1983-89)

to, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, declarou que a Mesa da Casa associava-se ao pesar do povo potiguar, e disse que o desaparecimento do deputado “abre uma lacuna na política do Rio Grande do Norte e do país”.



Suplicy propõe rediscussão das dívidas estaduais

Senador paulista afirma que está em questão o equilíbrio federativo e pede que a Comissão de Assuntos Econômicos realize audiências públicas com os governadores

Diante da declaração de moratória do pagamento da dívida do estado de Minas Gerais por 90 dias, feita na quarta-feira pelo governador Itamar Franco, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) propôs ontem a realização, pela Comissão de Assuntos Econômicos, de audiências públicas com os governadores. Ele sugeriu que o Senado tome conhecimento detalhado da situação financeira de todos os estados e assumo o papel de intermediador entre as entidades federativas e a União.

Suplicy apresentou requerimento dirigido ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, em que solicita, entre outras informações, dados sobre o total das dívidas de cada estado com a União e com instituições estrangeiras; apresentação das condições financeiras de cada operação de crédito; os valores já pagos e os relativos às parcelas a vencer; as inadimplências existentes; dados trimestrais da evolução da relação dívida/receita líquida real de cada estado desde a assinatura dos respectivos acordos de rolagem de dívidas firmados com a União até o final de 1998; e montantes liberados pela União no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros.

– Está em questão o equilíbrio federativo, e mantê-lo é o papel fundamental do Senado Federal, que não pode se omitir – afirmou. Na justificativa de seu requeri-

mento, Suplicy considera que as dívidas mobiliárias e contratuais dos estados cresceram “em ritmo alucinante, embaladas por taxas de juros mantidas a níveis astronômicos durante anos para sustentar a política de sobrevalorização cambial”. Mas a deterioração das finanças estaduais não foi devida apenas à taxa de juros, pois propostas do Executivo aprovadas pelo Legislativo impuseram perdas significativas no âmbito das receitas dos estados, disse.

Entre essas propostas, o senador citou a Lei Kandir – que isentou do ICMS a exportação de bens primários e semi-elaborados e concedeu compensações que não cobriram as perdas reais de arrecadação – e o Fundo de Estabilização Fiscal, “contrastante com os princípios federativos, pois retém parte das transferências constitucionais aos estados para cobrir os déficits da União”.

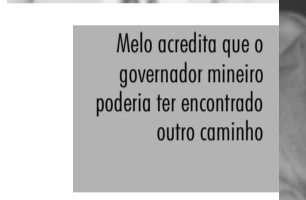
Outro argumento de Suplicy favorável à discussão e renegociação das dívidas atuais dos estados é o de que “o governo federal deve ter a sensibilidade necessária para perceber a legitimidade do pleito dos governadores que receberam a confiança da maioria da população de seus estados”. Nas últimas eleições, segundo a opinião do senador, a população brasileira optou por um tratamento “mais factível das dívidas estaduais e pela priorização do atendimento às necessidades básicas da sociedade”.



Jefferson teme ruptura do pacto federativo e alerta para consequências



Dutra afirma que a moratória não pode ser confundida com um calote



Melo acredita que o governador mineiro poderia ter encontrado outro caminho



Odacir vê espaço para negociação entre os estados e o governo federal



Suplicy diz que governo federal deve ser sensível à posição dos estados

Senadores querem solução negociada

Vários senadores apartearam Eduardo Suplicy manifestando-se favoravelmente a que o Senado participe da busca de soluções para a situação financeira dos estados. A declaração de moratória por 90 dias, feita ontem pelo governador Itamar Franco, e a reação do governo federal de não renegociar as dívidas estaduais com a União foram consideradas pelo senador Jefferson Péres (PSDB-AM) como “germes de uma crise institucional”.

– Há possibilidade de ruptura do pacto federativo e os desdobramentos políticos e econômicos dessa crise serão muito sérios, podendo explodir o ajuste fiscal – alertou.

Jefferson informou que solicitará a realização de reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na próxima semana, para discutir “as providências que devam ou possam ser tomadas”. O senador concordou com a proposta de Suplicy de que a comissão convide os governadores para debater a situação financeira de seus estados, e sugeriu o convite também ao ministro da Fazenda, Pedro Malan.

A moratória declarada pelo governador de Minas Gerais, na opinião do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), não deve ser confundida com um calote, como alguns estariam fazendo. Ele citou o caso do estado de Santa Catarina, cujo governador, Esperidião Amin, viria a Brasília para pleitear que o comprometimento da receita catarinense com o pagamento da dívida com a União, da ordem de 13%, fique no mesmo percentual do estado de São Paulo, de 9%.

Conforme Dutra, os casos de Minas e Santa Catarina apontam para a existência de um desequilíbrio federativo, resultante dos acordos firmados pelos estados com a União e de medidas tomadas pelo governo federal e canceladas pelo Congresso Nacional, como o Fundo de Estabilização Fiscal e a Lei Kandir. Os acordos com a União, feitos à base de juros (6,5% ao ano) e prazos (30 anos) iguais, na prática envolvem comprometimento diferenciado das receitas estaduais, afirmou.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN), considerando que “a situação dos estados exige ampla e profunda

avaliação”, disse discordar de Suplicy em relação à atitude tomada pelo governo de Minas Gerais. Para ele, “um homem da envergadura moral e política de Itamar Franco, com a experiência de ter governado o país, seguramente poderia ter achado outro caminho”.

Geraldo Melo apelou a Suplicy e a Jefferson Péres para que não se dê oportunidade a um maior agravamento de crise já tão grave. “Nos momentos de crise, é preciso moderação e equilíbrio”, recomendou.

O senador Odacir Soares (PTB-RO), por sua vez, disse que as rolagens das dívidas estaduais com a União foram benéficas aos estados. No entanto, reconhecendo que “a situação dos estados é evidentemente crítica”, ele avaliou que, no próprio âmbito dos acordos realizados, “há margem de negociação”. Para tal, sugeriu que o governo federal tome a iniciativa de negociar com os novos governadores outros patamares de pagamento. O único obstáculo a essa negociação, a seu ver, está nas relações do país com os credores internacionais.



Requião conversou por telefone com Itamar Franco

Requião diz que Itamar explicará moratória à CAE

Após ouvir a proposta dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Jefferson Péres (PSDB-AM) de convidar os governadores para que detalhem, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a situação financeira dos seus estados, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) telefonou para o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, que se

dispôs a ser o primeiro a prestar depoimento, já na próxima semana.

Requião também manteve contato com o presidente da CAE, senador Pedro Piva (PSDB-SP), que sugeriu que Itamar Franco compareça à comissão na próxima quarta-feira. Ao repassar essas informações ao plenário na sessão de ontem, o senador pelo Paraná disse que,

ouvindo os governadores, o Senado esvazia um clima de tensão e faz a intermediação entre os estados e a União.

Detalhando sua conversa com o governador de Minas, Requião explicou que a declaração de moratória por 90 dias foi motivada pela insolvência do estado. Segundo Requião, Itamar assegurou que a decisão não representava de forma alguma um de-

safio ao governo federal, mas a completa impossibilidade de honrar os compromissos assumidos pelo governo anterior.

– Itamar Franco relatou, inclusive, que o estado está sem caixa para pagar o décimo terceiro salário do funcionalismo e também para honrar despesas comezinhas como custear os gastos com a alimentação nos presídios – comentou Requião.



Abdias Nascimento acredita que situação econômica mudou após assinatura de contratos

Abdias sugere suspensão de pagamentos por dois anos

O senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) apresentou ontem projeto de lei que suspende, por dois anos, o pagamento das dívidas dos estados com o governo federal, previsto nos contratos em vigor. O projeto estabelece, também, que o refinanciamento deverá ocorrer até 30 de junho deste ano e definirá um redutor uniforme para todos os estados – de 20% sobre o valor do principal da dívida inicialmente apurada.

Abdias Nascimento esclareceu que sua iniciativa pretende eliminar o clima de tensão que se estabeleceu entre “certos governos estaduais e o governo federal”. Segundo o senador, atualmente “registra-se uma crise sem precedentes que se manifesta pela falência financeira de vários estados”. Essa situação, disse, tem levado várias unidades da Federação a prejudicar toda a sua rede básica de serviços e investimentos relacionados às demandas das populações carentes.

Para Abdias Nascimento, a origem do problema está em que os contratos de refinanciamento feitos com base na Lei nº 9.496 “foram realizados em um contexto que foi

bastante modificado”. A principal premissa para que esses contratos fossem cumpridos, esclareceu, seria um relativo crescimento da economia nacional:

– Ora, a principal receita dos estados é o ICMS, o qual é totalmente dependente do nível de atividade econômica, que entrou em declínio em consequência da recessão que se instalou no país – afirmou o senador.

Abdias Nascimento entende que, com a atual política monetária, “rompeu-se a lógica que fundamentou os contratos de refinanciamento, tornando-os impossíveis de serem cumpridos”. Por essa razão, ele considerou necessária a modificação da legislação atual, com o objetivo de adequar os contratos ao contexto recessivo da economia brasileira, sem que se rompa a estrutura de funcionamento da Federação.

– Não se trata de uma ruptura contratual *stricto sensu*, mas de uma readequação, visto que a verdadeira ruptura contratual foi a total mudança do ambiente macroeconômico – concluiu.

Governadores podem ser chamados a expor situação

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), discute, na próxima terça, às 10h, a possibilidade de convidar todos os novos governadores para falarem à comissão sobre a situação financeira de seus estados.

Requerimento nesse sentido foi enviado à comissão pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Jefferson Péres (PSDB-AM), que incluíram, no documento, convite ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, para expor a visão do governo federal sobre o assunto.

Itamar Franco poderá ser o primeiro governador a ser ouvido pe-

los parlamentares, caso o requerimento seja aprovado pela comissão. Itamar declarou ontem que o estado de Minas Gerais suspenderá o pagamento de sua dívida junto à União durante os próximos 90 dias.

Além desse requerimento, a CAE deverá apreciar três mensagens do presidente da República que versam sobre a programação monetária do governo para o primeiro trimestre do ano; sobre o Programa de Modernização da Infra-Estrutura do Setor de Ciências e Tecnologia; e, ainda, sobre o Programa de Apoio e Reforma de Sistemas Estaduais de Previdência.

Antonio Carlos vê renegociação como um fato consumado

Presidente do Senado diz que somente a convite dele mesmo ou da CAE o governador de Minas poderá comparecer à comissão

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que considera as renegociações das dívidas dos estados “um fato consumado”, embora reconheça que cada governador tem autonomia para se posicionar conforme desejar:

– As renegociações das dívidas passaram pelo Senado e tiveram as aprovações das assembleias legislativas dos estados. Por isso, nós consideramos um fato consumado. Evidentemente, cada governador pode tomar a atitude que quiser, sabendo que a União deseja o cumprimento do contrato assinado – afirmou.

O senador explicou que o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, tem dois caminhos a escolher, caso queira comparecer à Casa para falar sobre a declaração

de moratória: comunicando-lhe diretamente sua intenção ou, então, a convite da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

– O governador de Minas, se quiser vir ao Senado, evidentemente, como homem educado que é, terá que pedir ao presidente da Casa, a não ser que seja convocado pela CAE – esclareceu.

Para o senador, a vinda do governador à comissão terá de seguir os trâmites normalmente obedecidos.

– A comissão pode, e até deve, discutir todos os problemas econômicos do país. Mas convocar governador é coisa séria, não se faz assim, porque um membro quer ou recebeu telefonema do governador. Não é de bom tom, e isso não existirá no Senado. O convite terá de ser feito pelo presidente da comis-

são, e aí eu não terei nada a opor – observou.

Antonio Carlos acrescentou que, na outra hipótese, o governador terá que se dirigir a ele, presidente do Senado, “pois, afinal de contas, quem quer entrar numa casa tem que pedir licença”, e deverá ser atendido.

O senador disse que pessoalmente é contra a declaração de moratória. “Mas este é um assunto de governadores, no qual não devo me intrometer”, ressaltou.

– Vários governadores condenam a atitude do governador de Minas; outros apóiam. Isso é do jogo – afirmou.

Na manhã de ontem, Antonio Carlos, ao comentar o noticiário da imprensa sobre o assunto, comentou: “Cumprir a lei não é represália”.



Antonio Carlos Magalhães recebeu em audiência o prefeito Celso Pitta, que disse não pretender pedir moratória da dívida de São Paulo

Pitta pede atenção especial à rolagem dos débitos de São Paulo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem, em audiência, o prefeito de São Paulo, Celso Pitta, com quem conversou sobre a tramitação da rolagem da dívida municipal na Casa, prevista para o mês de janeiro.

– Creio ter conseguido sensibilizar o presidente do Senado para dar atenção especial à matéria, quando chegar aqui, depois

de analisada pelo Executivo – afirmou o prefeito.

Pitta explicou que não pretende pedir moratória, porque por enquanto tem conseguido honrar os compromissos assumidos, mas insistiu numa mudança nos critérios atuais, especialmente quanto aos juros cobrados.

– O nível de endividamento de São Paulo ainda é compatível com a capacidade financeira do muni-

cípio, mas, a permanecerem as regras atuais, rapidamente vamos estourar os limites da Resolução 78 do Senado – previu.

O prefeito disse que não abrirá mão de reivindicar para o município as mesmas condições dispensadas aos estados, inclusive porque a contribuição da cidade de São Paulo para a economia do país é muito expressiva: 25% dos tributos federais são arrecadados ali.

Maldaner quer ampliar parcela extra do seguro-desemprego

O fato de o governo federal haver limitado a liberação de uma parcela extra do seguro-desemprego às dez maiores regiões metropolitanas do país foi criticado ontem pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). Apesar de reconhecer que a medida beneficiará cerca de 700 mil trabalhadores, ele acredita que outros centros urbanos foram discriminados.

Pela iniciativa do governo federal, os trabalhadores com mais de 30 anos de idade que já tenham recebido o seguro-desemprego e estejam há mais de um ano desocupados terão direito a uma parcela extra do benefício, dividida em três pagamentos de R\$ 100,00, nos próximos seis meses. A estimativa é de que R\$ 210 milhões serão gastos com esse programa.

– Claro que também há trabalhadores com esses requisitos em ou-

tras regiões do Brasil. Da maneira que está, é uma espécie de *apartheid* que não fica bem para o governo – disse Maldaner.

Pelos cálculos do senador, cerca de 10% dos trabalhadores que preenchem os requisitos estão fora das cidades listadas pelo programa. A limitação, segundo Maldaner, pode transformar-se em incentivo ao êxodo de trabalhadores para os maiores centros urbanos, estimulando a concentração populacional e da produção, em vez da descentralização.

Maldaner considera que o socorro vem em boa hora e pode ajudar a amenizar a tensão em que vivem pais de família, mas entende que o governo deve incluir outras regiões, onde também há pessoas para quem a parcela extra do seguro-desemprego pode representar “um alívio para que saiam do sufoco”.



Maldaner teme incentivo ao êxodo de trabalhadores para grandes centros

Plenário apreciará extinção dos manicômios na próxima semana

Senadores aprovaram requerimento de urgência para a matéria, que recebeu novas emendas e irá a votação em turno suplementar

O Senado aprovou ontem requerimento de urgência para o projeto que define novas diretrizes para o tratamento de doenças mentais, criando opções de tratamento ambulatorial, exigindo que hospitais psiquiátricos promovam ações de saúde, ao lado da integração do doente à sociedade e à família e, em consequência, promovendo a extinção gradual dos manicômios. O projeto será incluído na Ordem do Dia da próxima quarta-feira, dia 13.

Ao justificar o pedido de urgência, as lideranças do PFL, PTB, PPB e PSDB alegaram que o projeto já tramita no Senado há mais de sete anos. O substitutivo do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), fruto de amplo entendimento partidário, foi aprovado na Comissão de Assun-



Substitutivo de Sebastião Rocha resultou de amplo entendimento

tos Sociais e em plenário, onde recebeu emendas para a votação em turno suplementar, o que exigiria nova votação na CAS.

Considerando que o projeto é de grande interesse social e que a atual legislatura se encerra no término da convocação extraordinária, as lideranças pediram urgência para a votação da matéria. A medida tem como objetivo evitar seu arquivamento por tramitar há duas legislaturas.

Para o senador Lucídio Portella (PPB-PI), o substitutivo representa amplo entendimento técnico entre Ministério da Saúde, professores de psiquiatria, diretores de hospital, psiquiatras e até um segmento denominado “antimanicomial”. “Por isso, acredito que as emendas apresentadas podem ser discutidas em plenário, para obter aprovação da maioria. É isto que a opinião pública está exigindo do Senado”, enfatizou.

Lúcio conclama Fernando Henrique a ouvir opiniões de fora do governo

O senador Lúcio Coelho (PSDB-MS) disse, em entrevista à TV Senado, que vê com muita preocupação a situação do país na área agrícola, e conclamou o presidente Fernando Henrique Cardoso a “tirar um tempo para conversar com gente que não seja só de sua equipe”.

Para Lúcio Coelho, o governo cometeu erros graves na política agrícola. “O país passou da situação de um dos maiores produtores e exportadores de algodão do mundo para a condição de um dos maiores importadores do produto. Nós fomos praticamente auto-suficientes na produção de trigo, hoje somos grandes importadores de trigo” disse. O senador lembrou, ainda, que o Brasil tem importado arroz, ao invés de incentivar a produção.

Lúcio Coelho afirmou que, no ano passado, os parlamentares insistiram com os responsáveis pela área econômica para que liberassem mais recursos para o plantio da soja, “porque qualquer indivíduo de medíocre conhecimento tinha ciência de que a soja iria alcançar um alto preço e gerar divisas para o país”, mas nada foi feito.

O próximo passo, agora, segun-



Lúcio Coelho vê com preocupação a situação do país na área agrícola e lamenta a falta de medidas do governo

do Lúcio, é importar milho, porque “ninguém poderá produzir um saco de milho de 60 quilos para vender a R\$ 5, R\$ 6 reais. Ele acrescentou que também a esse respeito nada está sendo feito.

O senador esteve na quarta-feira com o ministro da Agricultura, Francisco Turra, para apresentar seu apoio e pedir-lhe que assuma o papel de revitalizador da agricultura no país.

Na entrevista, que tinha como objetivo fazer um balanço dos avanços da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, da qual o senador é presidente, foram abordadas, também, as parcerias do Mercosul com o Mercado Comum Europeu e os Estados Unidos, e o déficit na balança comercial.

Lúcio Coelho lembrou que o Brasil registrou, em 98, um déficit comercial de US\$ 6,4 bilhões, acrescentando que é muito difícil reduzi-lo com a moeda super valorizada e sem produtos básicos para exportar. Para ele, mesmo que sejam tomadas medidas objetivas no sentido de incentivar as exportações brasileiras, o país não vai obter ganhos significativos no correr deste ano.

O senador afirmou ainda que os países participantes do Mercosul estão preocupados com a situação brasileira, “porque é a mais complicada”.

A entrevista será transmitida pela TV Senado hoje, às 4h30, 9h30, 12h30 e 20h30.

Lúcio Alcântara elogia ações de combate à Aids

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que, ao longo dos quatro anos do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o controle das doenças sexualmente transmissíveis, em especial a Aids, tem sido objetivo prioritário no âmbito da Política Nacional da Saúde.

Alcântara destacou que a Aids, em alguns segmentos da população brasileira, encontra-se em processo de estabilização ou declínio. “E, nos demais grupos, são boas as perspectivas de melhora, em virtude do aperfeiçoamento do nível de diagnóstico e do grande acúmulo de conhecimento nessa área em nosso país.”

O senador lembrou que em 1994 o governo, com a firme decisão de enfrentar a Aids e dar uma resposta ao impacto epidemiológico e social provocado por ela, celebrou com o Banco Mundial um acordo de empréstimo, possibilitando, pelo recebimento de recursos, um avanço considerável na implementação das ações de prevenção e tratamento para o combate à doença.

– O perfil da epidemia está se alterando e ficando mais perverso. Hoje não apenas os chamados grupos de

risco estão sujeitos a contrair Aids. O vírus está atingindo segmentos mais vulneráveis da população, como mulheres e jovens, camadas populacionais mais carentes e moradores das áreas rurais – observou.

Ressaltando estar ciente de que os desafios ainda são imensos, Alcântara afirmou que o governo decidiu concentrar esforços junto às populações empobrecidas e ao segmento de mulheres e crianças no programa de combate e prevenção da Aids.

– O Brasil é o único país em desenvolvimento a oferecer gratuitamente os inibidores de protease – o conhecido e caro coquetel de drogas – aos infectados pelo HIV, na busca de atingir o êxito no controle da doença conseguido nos países do Primeiro Mundo – afirmou.

Ao concluir, ele frisou que há muito a ser dito sobre as ações empreendidas pelas autoridades brasileiras para combater o avanço da Aids, acrescentando que a oferta de medicamentos de última geração é altamente compensadora do ponto de vista econômico, além de reduzir a necessidade de internações hospitalares.



Alcântara observa que os desafios são imensos, mas há avanços importantes

Costa Couto fala sobre Tancredo na TV Senado

Cinco programas culturais estarão na tela da TV Senado, no mesmo horário, no sábado e no domingo:

Às 11h, 17h e 23h - **Entrevista com Ronaldo Costa Couto**, ministro do Tribunal de Contas do DF sobre o novo livro de sua autoria sobre o ex-presidente Tancredo Neves. Entrevistador: jornalista Fernando César Mesquita.

Às 14h30 - **Palestra Brasil 500 Anos**, com Paulo Micelli, que conta as aventuras dos navegantes na época dos descobrimentos, entre eles o do Brasil.

Às 15h30 - **Dança Flamenca**. Marcado pelo sapateado e pelo som das castanholas, esse espetáculo é apresentado, duas vezes por ano, no Teatro Cenário, em Brasília.

Às 21h - **Especial China - Fauna Chinesa**. Último da série doada pela

Embaixada da China, o vídeo trata da diversidade dos animais chineses em seu habitat natural.

Às 21h45 - **Concerto de Tenores**. Homenagem ao tenor português Tomas Alcaide. Solistas: Paulo Mandarin, Eduardo Itaborahy e Juremir Vieira. Regência: Elena Herrera. Acompanhamento: Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro.

RÁDIO

O escritor, humorista e jornalista gaúcho Luís Fernando Veríssimo é o entrevistado do programa *Autores e Livros*, que vai ao ar neste fim de semana na Rádio Senado. Dentre suas principais obras estão *O Analista de Bagé* (1981), *Amor Brasileiro* (1977) e *A Grande Mulher Nua* (1975). A apresentação do programa é da escritora Margarida Patriota.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Tai-chi-chuan
7h30 - *Especial/Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista. Assunto: O rim
7h55 - *Senado em Pauta*
8h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Tênis
8h30 - *Jornal do Senado*
8h55 - *Senado em Pauta*
9h - Sessão Plenária (ao vivo)
12h - *Cores do Brasil* - Em destaque, Brasília
12h30 - *Entrevista* com o senador Lúdio Coelho sobre o Mercosul
12h55 - *Senado em Pauta*
13h - *Cores do Brasil* - Dendê da Bahia
13h30 - *Consulta Marcada* - Reapresentação do programa sobre diabetes
14h30 - Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 - *Cores do Brasil* - Olinda
19h - *Palestra* - Vida emocional do bebê
20h - *Cores do Brasil* - São Luís do Maranhão
20h30 - *Entrevista* com o senador Lúdio Coelho sobre o Mercosul
21h - *Jornal do Senado*
21h15 - *Consulta Marcada* - Reapresentação do programa sobre diabetes

22h - *Especial* - Apresentando a bailarina Márcia Aidé
22h30 - *Especial/Unip* - Assunto: o rim
22h55 - *Senado em Pauta*
23h - *Consulta Marcada* - Reapresentação do programa sobre diabetes

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
10h - Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e informação
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
Em seguida - Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DR0 ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Paulo Guerra pede atenção constante à qualidade do ensino

Ao comentar a extinção de delegacias regionais do MEC, o senador defende acompanhamento de políticas públicas para o setor

Ao comentar a decisão do governo federal de extinguir as delegacias regionais do Ministério da Educação e do Desporto, o senador Paulo Guerra (PMDB-AP) fez um apelo ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para que o fim da instituição em alguns estados não signifique acabar com o acompanhamento e as avaliações da ação e aplicação das políticas públicas para o setor.

— Faço um apelo ao ministro Paulo Renato para que esse controle continue sendo feito, por universidades ou por outros órgãos vinculados ao setor, a fim de que o produto educacional possa ser medido com indicadores baseados nos princípios técnicos pedagógicos, através de pessoal qualificado para esse fim — sugeriu Paulo Guerra.

Ex-delegado do MEC e ex-secretário de Educação no seu estado, o senador pelo Amapá disse esperar que o ministro possa, em curto prazo, divulgar não



Paulo Guerra pediu ao ministro Paulo Renato que mantenha avaliação

apenas uma forma de suprir a lacuna das delegacias, mas mudanças na estrutura do próprio Ministério da Educação. Apesar de defender a linha de atuação que o governo está executando no setor, Paulo Guerra sugeriu modificações que possam assegurar aos sistemas nacional, esta-

duais e municipais de educação maior tranquilidade para implementar suas políticas educacionais.

Em seu pronunciamento realizado ontem, Paulo Guerra solidarizou-se com os funcionários das delegacias extintas. Ele acrescentou que, apesar de não ser contra a descentralização nem contra a municipalização da Educação, considerava importante o trabalho desenvolvido pelas delegacias regionais, que, entre outras atividades, executavam programas, realizavam projetos, celebravam convênios e produziam diagnósticos sobre a Educação nos estados.

Solidário ao teor do pronunciamento de Paulo Guerra, o senador Júlio Campos (PFL-MT) manifestou sua preocupação e perplexidade com a extinção das delegacias. Ele aconselhou o governo a repensar a medida, que na sua opinião é impensada e de pouca utilidade política e financeira.



Senadores e membros da comissão promotora do concurso nacional de monografia participaram da audiência com Antonio Carlos Magalhães

ACM lembra Oswaldo Aranha ao receber premiados por monografias sobre Israel

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem a comissão promotora e os vencedores do Concurso Nacional de Monografias "Cinqüentenário da Proclamação do Estado de Israel", que reuniu quase 300 trabalhos de todo o país e teve no Grupo Parlamentar Brasil-Israel o principal ponto de apoio e estímulo.

Ao lado dos senadores Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Israel, e Emilia Fernandes (PDT-RS), presidente de honra da Comissão Nacional do Concurso,

Antonio Carlos saudou a intensa participação dos estudantes brasileiros. Ele também destacou a importância da preservação da memória do ex-ministro Oswaldo Aranha — brasileiro que presidiu a sessão em que a Organização das Nações Unidas (ONU) criou o Estado de Israel — proporcionada pelo concurso.

O senador Bernardo Cabral enfatizou o apoio do presidente do Senado ao evento e concordou com a importância do concurso para o resgate da memória de Oswaldo Aranha, "que, se

não estava esquecida, estava ao menos esmaecida". A senadora Emilia Fernandes acentuou a necessidade de valorização das raízes dos povos, "que trazem para nossos dias a energia de que as nações precisam para continuar suas caminhadas".

As vencedoras do concurso foram: 1º lugar — Adriana Schujmann, de Porto Alegre (RS); 2º lugar — Marcia Cristina Leite Rosa Ferreira (RJ); e 3º lugar — Debora Correia Teixeira de Lima (PE). Todas receberão passagens para visitar Israel, além de prêmios em dinheiro.

Plenário já votou cinco itens da convocação extraordinária

Três matérias aprovadas nesta semana estão entre as consideradas mais importantes da pauta: prorrogação da CPMF, regulamentação do processo administrativo no serviço público e normas sobre parcelamento do solo urbano

Quatro dias depois de iniciados os trabalhos da convocação extraordinária, o Senado votou, até ontem, cinco itens, sendo três considerados dos principais da pauta enviada pelo governo – a proposta que aumen-

ta e prorroga por mais três anos a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), aprovada em primeiro turno, e os projetos que regulam o processo administrativo no serviço público e o par-

celamento do solo urbano.

Além desses itens, o Senado aprovou as mensagens em que o presidente da República indicou dirigentes para agências reguladoras de setores de infraestrutura. Para a Agência Nacional de

Petróleo (ANP), foi reconduzido Júlio Colombi Netto; para a Anatel, aprovado o nome de Luiz Tito Cerasoli.

A proposta de emenda constitucional referente à CPMF foi aprovada por 61 votos a 12 e no

dia 19 será submetida ao segundo turno de votação, devendo seguir depois para a Câmara dos Deputados. Apresentada pelo senador licenciado Elcio Alvares, a iniciativa aumenta a alíquota da CPMF dos atuais 0,20% para 0,38% nos primeiros 12 meses de sua nova vigência. Nos 24 meses seguintes, a alíquota cairá para 0,30%.

Em votação simbólica, os senadores aprovaram o projeto de lei da Câmara que regulamenta o processo administrativo no serviço público federal. De autoria do Poder Executivo, o texto foi aprovado com as modificações inseridas pela Câmara dos Deputados, devendo ir agora à sanção presidencial.

Também em votação simbólica, o Senado aprovou projeto criando condições

para o parcelamento do solo urbano, a fim de facilitar a legalização de conjuntos habitacionais onde moram pessoas de baixa renda, mesmo quando os processos de desapropriação ainda tramitam na Justiça. O relator da matéria, senador Josaphat Marinho (PFL-BA), definiu a medida como de grande alcance social, visto que apressará a construção de moradias para famílias carentes.

Também esta semana, o Senado aprovou requerimento de urgência para o projeto que define novas diretrizes para o tratamento de doenças mentais. A proposta exige que hospitais psiquiátricos promovam ações de saúde para integrar o doente à sociedade e à família. As lideranças pediram urgência para a matéria, preocupadas com o seu interesse social e com o fato de que a atual legislatura se encerra ao final da convocação extraordinária.

Ainda faltam ser votados o projeto que cria a Política Nacional de Educação Ambiental, o que adota nomes genéricos para os medicamentos, o que institui uma política nacional de educação em direitos humanos e vários outros, inclusive as propostas referentes à reforma política.



Josaphat Marinho

PAUTA DO SENADO PARA O PERÍODO DE 4 A 29 DE JANEIRO DE 1999

| Número | Assunto | Relator | Situação |
|------------------------------------|--|--|--|
| PEC 34/98 | Prorroga e altera a alíquota da CPMF | Romeu Tuma (PFL-SP) | Aprovada, em 1º turno, em 6/1/99. Início da discussão em 2º turno, em 14/01/99 |
| Reforma Político-Partidária | | | |
| PLS 187/98 | Limita acesso ao Fundo Partidário | Francelino Pereira (PFL-MG) | CCJ |
| PLS 188/98 | Institui o financiamento público das campanhas eleitorais | Sérgio Machado (PSDB-CE) | CCJ |
| PLS 189/98 | Prazos de domicílio eleitoral e filiação partidária | Francelino Pereira (PFL-MG) | CCJ |
| PEC 38/98 | Limita o número de vereadores | Francelino Pereira (PFL-MG) | CCJ |
| PEC 39/98 | Institui o voto facultativo | Francelino Pereira (PFL-MG) | CCJ |
| PEC 40/98 | Restringe pesquisas eleitorais | Francelino Pereira (PFL-MG) | CCJ |
| PEC 41/98 | Trata da vacância de senador | Francelino Pereira (PFL-MG) | CCJ |
| PEC 42/98 | Institui sistema eleitoral misto para as eleições para a Câmara dos Deputados e dispõe sobre a suplência dos deputados | Sérgio Machado (PSDB-CE) | CCJ |
| PEC 43/98 | Segundo turno só para presidente da República | Sérgio Machado (PSDB-CE) | CCJ |
| PEC 44/98 | Regras de fidelidade partidária | Sérgio Machado (PSDB-CE) | CCJ |
| PEC 45/98 | Mandato de seis anos para senador | Francelino Pereira (PFL-MG) | CCJ |
| Outros assuntos | | | |
| PDL 13/98 | Aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para Formação de Recursos Humanos no Nível de Pós-Graduação entre os Países do Mercosul | Artur da Távola (PSDB-RJ) | Constará na Ordem do Dia de 12/1/99 |
| PDL 14/98 | Aprova o texto do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul | Artur da Távola (PSDB-RJ) | Constará na Ordem do Dia de 13/1/98 |
| PDL 19/98 | Aprova o texto da Convenção da Unidroit sobre Bens Culturais Furtados ou Ilicitamente Exportados | Leomar Quintanilha (PPB-TO) | Constará na Ordem do Dia de 13/1/98 |
| Mensagem 216/98 | Submete ao Senado o nome do senhor José Olympio Rache de Almeida para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil na Finlândia, exercer a de embaixador do Brasil na Estônia | Abdias Nascimento | Mesa |
| Mensagem 250/98 | Submete ao Senado o nome do senhor Geraldo Affonso Muzzi para exercer a função de embaixador do Brasil na Malásia e, cumulativamente, no Sultanato de Brunei Darussalam | | Mesa |
| Parecer 7/99 | Submete ao Senado o nome do senhor Júlio Colombi Netto à recondução ao cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo | Joel de Hollanda (Comissão de Serviços de Infra-Estrutura) | Aprovado em Plenário em 6/1/99 |
| Parecer 8/99 | Submete ao Senado o nome do senhor Luiz Tito Cerasoli para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações | Nabor Júnior (Comissão de Serviços de Infra-Estrutura) | Aprovado em Plenário em 6/1/99 |
| PLC 41/98 | Regula o processo administrativo na administração federal | Francelino Pereira (PFL-MG) | Aprovado em Plenário em 7/1/99 À sanção |
| PLC 08/91 | Extinção dos manicômios | Sebastião Rocha (PDT-AP) | Constará na Ordem do Dia de 12/1/99 |
| PLC 61/97 | Cria a Política Nacional de Educação Ambiental | Joel de Hollanda (PFL-PE) | CE |
| PLC 48/98 | Ensino no Exército Brasileiro | Aguardando designação de relator | CCJ |
| PLC 52/98 | Parcelamento do solo urbano | Josaphat Marinho (PFL-BA) | Aprovado em Plenário em 7/1/99 À sanção |
| PLC 53/98 | Nomes genéricos em medicamentos | Lúcio Alcântara (PSDB-CE) | CAS |
| PLC 01/99 | Coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação de sangue | Aguardando designação de relator | CAS |
| PLC 03/99 | Institui política nacional de educação em direitos humanos para o ensino fundamental e médio | Aguardando designação de relator | CE |

Obs.: Além das matérias acima, a convocação extraordinária inclui matérias sobre tratados, acordos e atos internacionais; projetos de competência privativa do Senado; medidas provisórias; matérias orçamentárias; e ainda as que estejam tramitando sob o regime de urgência ou que sejam encaminhadas neste período.